

---

## **051ª SESSÃO ORDINÁRIA – 10JUN2013**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Passamos à

### **TRIBUNA POPULAR**

O Sr. Taiso Cunha de Quadros, representando o Instituto de Desenvolvimento Socioeconômico de Pessoas (IDESP) está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar de assunto relativo à contratação de empresa para a construção da Unidade de Triagem Padre Cacique II, em face do edital de licitação.

**O SR. TAISO CUNHA DE QUADROS:** Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, na pessoa de V. Exa. cumprimento todos os demais Parlamentares desta Casa. Sr. Ivo Fortes, Cidadão Emérito de Porto Alegre; cumprimento todos os cidadãos que se fazem presentes. Nesta oportunidade, aproveito para agradecer pela consideração e respeito em acolher o Instituto de Desenvolvimento Socioeconômico de Pessoas bem como a Cooperativa de Produção e Reciclagem dos Trabalhadores da Restinga. O senhor nos acolheu em seu gabinete de uma forma muito singela, e estamos aqui para fazer jus ao que falamos e tratamos naquela oportunidade.

Senhores Parlamentares, o IDESP é uma organização sem fins econômicos e sua missão precípua consiste em auxiliar instituições do terceiro setor, órgãos públicos, empresas privadas e a sociedade civil organizada na gestão, implantação e desenvolvimento de práticas e projetos de inclusão social de forma sustentável, proporcionando a estes uma interatividade para que possam se tornar parceiros eficazes na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Entretanto, o que nos traz a esta tribuna, nesta tarde, são dois temas de extrema relevância para a comunidade da Restinga e, quem sabe, para todos os porto-alegrenses. Inicialmente, Ver. Cleiton, eu queria dizer que, nesta tarde, não está sendo muito fácil estar nesta tribuna, uma vez que perdi, há cerca de uma semana, uma pessoa muito querida que o senhor conhece; porém, eu creio que o Senhor preparou essa situação

---

para que eu pudesse entender melhor o que é a perda. Talvez as pessoas que estão, hoje na Restinga e em outras comunidades, também possam estar perdendo, de alguma forma, ou sendo expropriadas de alguns direitos. Penso que, talvez, o Senhor tenha permitido também isso, porque hoje estamos vivendo, no Brasil, o advento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, através da Lei nº 12.305. Nos últimos três anos, venho acompanhando os desdobramentos dessa Lei, e creio que alguns deles estão indo de encontro aos direitos e à dignidade da população de certas comunidades, principalmente da população que represento aqui, que é a da Restinga.

Permitam-me, rapidamente, ir um pouco mais além nessa seara para que eu possa expor melhor o nosso ponto de vista.

Em 2008, esta Casa aprovou o Decreto nº 10.531, que instituiu o Programa de Redução Gradativa do Uso de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana, que vai ter o impacto a partir do dia 1º de setembro do corrente ano. Todavia, esse Decreto foi alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, proporcionada pela Procuradoria-Geral do Estado, que, em suas razões, destacou que o referido Ato Normativo instituía um programa de redução que consistia da proibição total, com prazo previsto de oito anos, ou seja, 2016, ao mesmo tempo em que impunha inúmeras tarefas ao órgão de Administração Pública. Alegou ainda o ilustre Procurador que o referido Ato Normativo continha flagrante vício de inconstitucionalidade no tocante à existência de manifesto desrespeito à iniciativa do Legislativo, privativa ao Chefe do Poder Executivo, porquanto a Lei Municipal atacada fixa atribuição a órgão da Administração Pública em desrespeito ao disposto no art. 60, II, “D”, combinado com os arts. 8º e 10, todos da Constituição Estadual.

A ação restou improcedente, isso ficou claro, mesmo com o esforço hercúleo realizado pelo eminente Relator, o Exmo. Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, de ratificar o vício de iniciativa. Em que pese o louvável objetivo da legislação, que talvez seja o de proporcionar melhores condições de trabalho para os catadores, bem como tratamento digno aos animais, penso que a efetiva aplicabilidade dessa norma está sendo um pouco relativizada, pois, segundo a Secretaria Municipal da Governança local, a partir desse mesmo 1º de setembro, como já referi, do corrente ano, essa Lei passará a restringir a circulação desses veículos. Vejam que essa não é uma legislação que afeta somente a circulação, mas também os catadores e recicladores.

---

A Coopertinga e a Cozinha Comunitária da Restinga, instituições que foram recentemente visitadas pelo Sr. Jerome Mellow, representante da ONU, identificaram cerca de 130 carroceiros e carrinheiros que não têm o menor conhecimento desse programa. Contudo, a Sra. Denise Costa, em reunião com o Fórum de Catadores, realizada no Ministério Público do Trabalho, na presença do ilustre Procurador Rogério Fleischmann, informou que a primeira região a ser afetada pelo referido programa seria a Zona Sul. Então, temos aí mais alguns meses, talvez, para ver esses 130 catadores e recicladores sendo capacitados ou inseridos dentro de um galpão de reciclagem.

Vereadores, ainda que essa norma tenha a melhor intenção, ela não pode relativizar o direito de ir e vir. Ainda que julgada improcedente, a ação que foi proposta, no seu bojo, deixou de esgotar esse princípio, bem como de refletir profundamente sobre a hierarquia das normas, pois a Lei nº 9.503/2007, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, no art. 1º, aduz que o trânsito de qualquer natureza, nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código – tudo bem que, no inciso II do art. 24 do mesmo diploma, seja de competência do Município regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas: todavia, o Decreto nº 10.531 proibirá a circulação de veículos autorizados a circular. Mas entendemos que, talvez, o que possa afetar de forma violenta o direito dos cidadãos é o fato de um veículo, legalmente autorizado a trafegar, por essa Lei, tendo a sua proibição... como foi dito que o programa de redução visa a dar melhores condições aos catadores e também aos animais que puxam essas carroças... O Decreto é lícito, tem data para o início, porém, talvez devamos refletir sobre seus impactos, pois não somente a relativização dessa norma motivou este requerimento.

Senhores Parlamentares, para concluir, retomando um pouco a Lei nº 12.305, Porto Alegre, mesmo diante de uma farta legislação, como o Decreto Federal nº 5940/2006 que instituiu a separação e destinação de resíduos sólidos às Cooperativas e Associações de Reciclagens, em órgãos da administração pública federal, o Decreto Federal nº 7619/2011 que institui também concessão de crédito presumido para quem trabalha com reciclagem, a Resolução de Plenário nº 3059/2010, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que também estabelece a prerrogativa de convênio diretamente com associações e cooperativas... Bem, senhores, estou enaltecendo que associações e cooperativas não estão fora dessa legislação, porque nós estamos prestes a implantar um

---

plano municipal de gestão de resíduos sólidos que precisa constar qual será o mecanismo de desenvolvimento limpo que Porto Alegre adotará para os próximos anos. E o que ocorre é que, mesmo Porto Alegre sendo pioneira na reciclagem desde 1990, nós ainda não temos um plano municipal de gestão de resíduos sólidos, como já disse, um instrumento hábil para que o Município possa diretamente, junto ao Governo Federal, instituir, fazer aquisição de equipamentos, fazer todas as infraestruturas necessárias às unidades de triagem em Porto Alegre, via Governo Federal. Estamos aguardando essa definição que provavelmente saia nos próximos meses, porque o prazo para apresentação do plano municipal em gestão de resíduos sólidos é em agosto de 2013. Porto Alegre gera em torno de 1,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos diariamente, segundo dados do DMLU, contudo, aterra grande parte em virtude da baixa produtividade de reciclagem nas unidades de triagem. Nesse sentido, Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, creio que o retardamento na conclusão do Plano Municipal de Resíduos Sólidos venha a estar colaborando ainda mais para piorar o quadro das unidades de triagem de Porto Alegre. Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, nós estávamos, há alguns meses, falando sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sobre os seus impactos, sobre tudo aquilo que consta no art. 9º desta Lei estabelecida. Essa é a ordem de prioridades que consta nessa Legislação e que devem ser observadas: em primeiro lugar seria a não geração; em segundo, a redução; em terceiro, a reutilização, e em quarto lugar nós vemos a reciclagem. O que talvez esteja ocorrendo, e que nós não temos muito certeza sobre isso? Recentemente, também foi feita, pelo DMLU, uma solicitação de manifestação de interesse público, para que apresentasse a viabilidade técnica para a recuperação energética. Esta é uma prerrogativa que está no § 1º do mesmo artigo, porém é facultativa; ou seja, precisamos definir isso dentro de um plano para que, através desse Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, todos os modais, todos os equipamentos, todos aqueles que estão diretamente ligados à gestão de resíduos sólidos – como as unidades de triagem representadas pela Coopertinga –, serão diretamente afetadas. O que ocorre é que nós estamos deixando de considerar o Decreto nº 7.404, que regulamenta a Lei nº 12.305, no tocante ao Programa Pró-Catador, que aduz, taxativamente, o objetivo de promover e integrar ações voltadas, inclusive, para a aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem, diretamente a cooperativas e associações. A implantação e adaptação de

---

---

infraestrutura física de cooperativas e associações de Porto Alegre estão no programa de inclusão na reciclagem, mas a Lei nº 10.531 impõe que associações transformem-se em cooperativas, que não é o que o Decreto nº 7.404 estabelece.

Para concluir, Sr. Presidente, no último dia 14 de maio, foi realizada uma licitação para a contratação de empresa para construir uma nova unidade de triagem no Parque Industrial da Restinga. Porém essa unidade, segundo o DMLU, abrigará os trabalhadores da Coopervinte, a cooperativa de reciclagem que está sendo removida da Av. Padre Cacique em virtude de obras da Copa.

Aqui, Sr. Presidente, evidencia-se, talvez, o mais grave dos problemas de falta de comunicação que o Município está tendo com a comunidade da Restinga, porque a Coopertinga, que atua na Restinga há mais de três anos, e seus trabalhadores há 20 anos, sequer foi vislumbrada nesse Projeto. Estamos perguntando para diversos moradores da comunidade, e o que se ouve é a mesma informação: não se sabe da construção dessa nova unidade de triagem. Temos aqui quase 20 mil assinaturas das pessoas que manifestam apoio à Coopertinga ser protagonista dessa unidade de triagem. Se não houver a possibilidade de a Coopertinga ocupar essas instalações, que seja proporcionada uma área para que ela possa construir o seu galpão. Porque, como foi dito aqui, recursos e meios para essa infraestrutura existem e são muito fáceis de serem acessados, se houver um planejamento, obviamente, e um projeto.

Sr. Presidente, eu quero registrar que a Coopertinga mantém um ótimo relacionamento com a Coopervinte. Inclusive, eu estive no Rio de Janeiro para participar da Cúpula dos Povos, no ano passado, e viajei com o Sr. Ezequiel, que é presidente da Coopervinte. Ou seja, não há nenhum tipo de animosidade entre as instituições. Estamos aqui dispostos a dialogar, para que seja possível dar condições de trabalho para as pessoas que estão num bairro há mais de 20 anos, dependendo da gestão própria.

Srs. Vereadores, mais uma vez, não é por falta de regulamentação, capacitação e/ou aparelhamento que a gestão dos resíduos sólidos em Porto Alegre, bem como a produtividade dos galpões de reciclagem deste Município, não caminham sintonizados. Penso que o diálogo, comprometido e sério, é fundamental e merece um olhar diferenciado nesse processo.

Para encerrar, senhores e senhoras aqui presentes, estamos aqui vivendo um tempo em que talvez muitas das coisas que no passado não eram acreditadas ser vividas, hoje, nós

---

as vivemos. A exemplo, um discurso memorável do senhor Martin Luther King, em que ele disse que tinha um sonho. Anos se passaram, e esse sonho se tornou realidade: um negro está à frente do país mais potente do mundo, sendo o seu 44º Presidente. Esse pode ser um dos exemplos que se pode adotar acerca do processo democrático para que possamos participar, sermos consultados, conforme estabelece o Regimento Interno, inclusive, do Orçamento Participativo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Presidente Dr. Thiago; prezado Taiso e comunidade que nos acompanha, eu venho aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, dizer que quando foi debatida e aprovada a lei a que o senhor se refere, conhecida por lei das carroças, debatemos muito esse assunto e fizemos uma emenda, que não foi aprovada. Essa emenda dizia que para a lei entrar em vigor na sua plenitude, tinha que ter uma política que desse sustentação para todas as famílias que vivem da reciclagem. Isso não foi efetivado na época. Nós continuamos, como na sua fala, no aguardo de que esse programa de reciclagem seja apresentado. Este é o primeiro ponto; o segundo ponto é dizer que já existe um marco legal, federal, para que todos os órgãos públicos – sejam eles federais, estaduais e municipais – entreguem o material reciclado diretamente para as unidades de coleta coletivas, para os galpões, para as cooperativas, e assim por diante. Isso na cidade de Porto Alegre ainda é muito tímido. Então, eu creio que é um outro ponto que não podemos deixar de persistir. Eu venho aqui, em nome da minha Bancada, nos colocarmos à disposição para enfrentar todos os temas que o senhor trouxe hoje aqui, e que realmente a reciclagem seja efetiva em Porto Alegre, porque hoje ela está muito longe de ser aquilo que pode ser. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

---

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Caro Taiso, primeiramente meus pêsames pela perda da tia. Quero dizer que, em nome da Bancada do PDT, estamos solidários com suas reivindicações, com seus projetos, até porque ficamos muito felizes em saber da preocupação de um jovem profissional com causas tão nobres como esta.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Presidente Dr. Thiago, quero cumprimentar o Diretor-Presidente, Taiso, assim como a comunidade da Coopertinga, os trabalhadores e trabalhadoras; os trabalhadores que também vieram para a pauta da escola da Glória; depois vamos ter esse momento importante de discussão na Câmara, em uma outra Tribuna Popular.

Eu quero ressaltar três elementos muito importantes que tu trouxeste para nós, em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas, da Bancada do PSOL. Primeiro – Plano Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos: nós estamos, há mais de ano, falando para a Prefeitura, que tem o prazo até agosto para apresentá-lo, da necessidade de ser uma construção coletiva. Os catadores, os recicladores, que fazem um belo trabalho na nossa Cidade, as instituições ambientais, a Câmara de Vereadores, têm que ser parte dessa discussão, tanto na construção desse Plano Municipal para a nossa Cidade em adequação à legislação federal, quanto à inclusão dos carroceiros e carrinheiros como parte valorizada, com dignidade da política municipal de gestão dos resíduos sólidos, quanto do ponto de vista das alternativas.

Nós, da Bancada do PSOL, temos uma preocupação muito grande com essa tentativa de trazer a incineração para Porto Alegre – é um outro debate. Fica registrada a nossa preocupação.

Em terceiro lugar, o caso da Coopertinga que tu nos trazias: não dá para fazer cortesias com o chapéu alheio. Que bom que as cooperativas têm essa boa relação. Nós estamos solidários com a causa da Coopertinga, e quero colocar, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, aqui da Câmara Municipal, à disposição, para, em julho, fazer uma audiência pública, chamando a Prefeitura, chamando a Coopertinga, chamando a



---

comunidade. Vinte mil assinaturas mostram que o povo da Restinga quer o reconhecimento dessa importante cooperativa. Então, contem conosco, e boa luta!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Prezado Taiso, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Socioeconômico de Pessoas, em nome do PSD nós queremos cumprimentá-lo. Aproveito que o senhor está aqui, ao lado do nosso Presidente, Ver. Dr. Thiago, para lhe dizer que há muito tempo me pergunto por que nós precisamos pagar para recolher lixo seletivo. Se o lixo seletivo tem um valor econômico, por que nós precisamos pagar? Fica essa pergunta. Acho que é um equívoco pagarmos pelo recolhimento deste lixo, já que ele tem valor econômico. Fica aqui um desafio neste sentido também. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Presidente, eu quero, secundando os demais colegas que já se manifestaram, cumprimentar o Sr. Taiso Cunha de Quadros, Diretor-Presidente da Instituição que hoje ocupa a nossa Tribuna Popular, que é um segmento da estrutura da Casa destinado a repercutir exatamente projetos, programas e ações assemelhadas a que o senhor está a nos brindar nesta tarde, com as informações que aqui trouxe. É evidente que, pela dimensão ampla do assunto, ele não se esgota por si só. O Presidente, que é um homem de íntima vinculação com a Restinga, não deve desconhecer que ele tem uma atuação muito forte no Extremo-Sul da Cidade, e a Restinga se inclui nesta região, facultou-lhe, inclusive, um tempo especial, é bom que o senhor saiba, em consideração a essas circunstâncias. Eu não protestei, concordei com a forma com que vinha sendo encaminhada, até porque eu acho que as coisas que envolvem a Restinga merecem ter um tempo especial aqui na Casa, não é Presidente? Mas eu gostaria de,



---

posteriormente, se possível, aprofundar mais a respeito especialmente dessa licitação anunciada no programa, porque o senhor não teve tempo de detalhar mais profundamente sobre quem está promovendo essa licitação: se é o órgão do Município, do Estado, se é o próprio Instituto, afinal, e se é a única em que a gente pode se somar com mais objetividade para contribuir no desenvolvimento do trabalho. Meus cumprimentos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado, Ver. Pujol. Caro Taiso, quero dizer que esta Presidência se coloca ao lado de vocês, ficamos à disposição para encaminhar inclusive esse abaixo-assinado. Realmente nos preocupa muito o gerenciamento dos resíduos sólidos. E por nos preocupar muito, nós tivemos um seminário muito bom aqui, realizado na semana passada, exatamente tratando desse cuidado que a Cidade deve ter, a partir de agora. Já deveria ter tido, mas, sem dúvida nenhuma, agora, nós nos encontramos num momento crítico. E temos que ter esse cuidado para que as gerações que se seguirão – as gerações dos meus filhos, dos teus filhos – possam, efetivamente, ter um planeta, pelo menos, habitável.

Conte conosco e, certamente, com o conjunto desta Casa, porque esta Casa, sempre que chamada, dá a sua resposta. Que possamos construir juntos uma boa alternativa para a cooperativa, enfim, e para toda a Restinga. Muito obrigado pela presença de vocês, e muito obrigado pela tua presença aqui.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h54min.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** (14h55min.) Estão reabertos os trabalhos.

**O SR. PEDRO RUAS (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Pauta. Após, retornamos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Muito obrigado. Já foi acordado com a maioria das Lideranças e, sem dúvida nenhuma, acolho o seu Requerimento.

**O SR. PEDRO RUAS:** E eu, obviamente, assino esse acordo embaixo.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado, Ver. Pedro.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Sr. Presidente, caros colegas, quero prestar um rápido esclarecimento à Casa, por dever de ofício e compromisso de transparência, sobre o ocorrido com um servidor do meu gabinete, na sexta-feira. Ele já se encontra preso por ter cometido um crime hediondo, o qual nos entristeceu e chocou. Estou prestando acompanhamento à sua família, que, da mesma forma, foi pega de surpresa. Eu o exonerei no mesmo dia. Coloquei-me à disposição da Polícia Federal para que pudesse acessar os computadores do meu gabinete. A Polícia Federal nada encontrou aqui na Casa.

Portanto, gostaria de fazer este registro e afirmar, juntamente com os meus colegas, os quais eu agradeço pela solidariedade, e mostrar o nosso empenho e a nossa luta contra esse tipo terrível de violência na nossa sociedade.

E fica o triste aprendizado de que esse tipo de crime pode estar onde nós menos imaginamos. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Caro Ver. Alberto, não esperaríamos conduta diferente da sua parte; e pode ter a certeza de que V. Exa. acolhe a solidariedade do conjunto dos 36 Vereadores.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero agradecer em especial às Bancadas de oposição por permitirem que fosse tratado um tema específico, o tema da Educação em Porto Alegre, e nós o fazemos, enquanto PCdoB, PSOL e PT, em homenagem às lideranças, às mães e aos alunos da região da

---

---

Glória que hoje vieram para trazer a sua reivindicação, fazer a sua caminhada e exigir respostas em relação às vagas de Educação Infantil e Ensino Fundamental naquela região.

Nós tivemos um pequeno ruído de comunicação, eles fariam a Tribuna Popular, Ver. Thiago, mas será no dia 24 de junho. E para nós é muito importante registrar aqui que a pauta que vocês trazem – as mães da Escola Fundamental Monsenhor Leopoldo Neis e as lideranças do Orçamento Participativo, lideranças, inclusive, que dirigem creches comunitárias –, é uma pauta que não é estranha ao conjunto da cidade de Porto Alegre.

Nós recebemos, em fevereiro, na nossa Comissão – os Vereadores da CECE sabem bem – a Secretária de Educação. Abrimos a pauta da Educação Infantil, que foi a primeira da nossa Comissão, e, no início do ano, a região da Glória esteve presente. A cidade de Porto Alegre tem uma demanda muito grande no atendimento à Educação Infantil e muita dificuldade no atendimento às crianças nos primeiros anos do Ensino Fundamental, mas na região da Glória essa demanda é exemplar. Além de não haver a incrementação, a solução e a implementação de novas vagas, a região está perdendo vagas de Educação infantil e de Ensino Fundamental.

Vereadores, eu gostaria de explicar: nós, aqui, contamos com a Escola Leopoldo Neis, que é gerida pelas Irmãs do Divina Providência, que têm um convênio com a Prefeitura de Porto Alegre, e a Prefeitura vem reduzindo, estabelecendo em convênio com as Irmãs, o fechamento dessa Escola devido a vários problemas. A comunidade, os professores, os pais, os alunos e as lideranças já reagiram a isso, mas não obtiveram, por parte da SMED, uma atitude de retomada dessa Escola. Ao contrário: no início deste ano, foram reduzidas três turmas – duas de Educação Infantil e uma de Ensino Fundamental. Para cada criança que sai da Escola Leopoldo Neis, Vereador-Presidente, nenhuma vaga é repostada; turmas que poderiam ter 25 alunos têm apenas 18.

A Escola está na Primeiro de Maio, na lomba da Av. Prof. Oscar Pereira, portanto, o deslocamento dessas crianças para outra escola não é simples. A maioria das escolas da região vai até o quinto ano, apenas a Escola Oscar Pereira oferece o Ensino Fundamental completo e o Ensino Médio. A região ganhou, em 2008, e adquiriu a área em 2009. Essa luta, que vem de muito antes, Ver. Mario Fraga, priorizou, em primeiro lugar, na região da Glória, a educação para a construção da Escola Embratel, fazendo, à época, a identificação dessa necessidade. A área está lá, cuidada pela comunidade, que se

---

---

mobiliza pelo menos uma, duas ou três vezes ao ano. Neste ano, teve a promessa da Secretária de que, em abril, a licitação da Escola iria começar. Mas, em abril, a Secretária acabou informando na CECE – Comissão de Educação e no Conselho do OP que só no ano que vem. E uma região que vem reduzindo: Lar Fabiano, 300 vagas a menos; São Benedito, 150 vagas a menos; creche Senear perdeu o Sase, porque é também o contraturno que está perdendo; e a Leopoldo Neis, que queremos reverter para que não seja fechada. Ora, essa região tem a construção da nova escola postergada por que prioridade não sabemos, e a região está mobilizada, está pedindo audiência pública nesta Casa, foi recebida pelo Presidente da Casa, fez reunião na Glória, fará Tribuna Popular e foi ao Tribunal de Contas dizer ao Tribunal de Contas que está estudando os números da Educação Infantil no Estado e no Município, que está auditando o atendimento de Educação Infantil no Município; que identificou que o Município de Porto Alegre deveria ter criado 15 mil vagas entre Educação Infantil, creche e pré-escola, até o ano passado, para cumprir o Plano Nacional de Educação. Esse Tribunal de Contas também identificou que quem salva a Educação Infantil, Jussara Cabeda, são as creches comunitárias nesta Cidade, mas recebem, segundo seu estudo e estudo do Conselho Municipal, Presidente, mil reais a menos por aluno do que o Fundeb paga.

Então, a situação da Educação Infantil é muito grave. Nós queremos que a Glória seja olhada com muito cuidado, porque ali não só não se amplia, como se tem reduzido. Nós estamos, na CECE, acompanhando e assumindo essa luta, e espero que esta Casa a reforce, para que o Município priorize o que ainda não priorizou de forma equivocada.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Esta Casa, Ver.<sup>a</sup> Sofia, já havia recebido esse grupo há uma semana, em nosso Mutirão da Cidadania, e inclusive a presidência desta Casa encaminhou uma reunião com a Secretária para saber exatamente como estava essa situação. Provavelmente, teremos essa reunião nos próximos dias.

O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. MARIO FRAGA:** Vereador-Presidente, Dr. Thiago; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste nas galerias ou pela TVCâmara, quero agradecer ao

---

nosso Líder, Reginaldo Pujol, que está no exercício da Liderança de Governo hoje, por este tempo, para falar sobre este assunto, senão a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon vem aqui, fala sozinha e parece que o nosso Governo não está fazendo nada pela Educação, em especial a Educação Infantil. Se a Educação não estivesse bem neste Município, a Secretária Cleci Jurach não permaneceria à frente da Secretaria Municipal de Educação. Só neste ano, inauguramos seis escolas municipais infantis, e a Secretária Cleci, inclusive, Ver.<sup>a</sup> Sofia...

(Aparte antirregimental do Ver. Alceu Brasinha.)

**O SR. MARIO FRAGA:** Eu só queria responder, porque senão a Ver. Sofia vem aqui falar...

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

**O SR. MARIO FRAGA:** Obrigado, Vereadora. Parece que nós não estamos fazendo nada, parece que aquele Governo, Ver. Brasinha, não terminou ainda. Eles ainda querem administrar nossa Secretaria. Então, nossa Secretaria está indo muito bem. Há problemas na comunidade? Há problemas na comunidade, tanto que este Vereador se colocou à disposição. Talvez eu não saiba ainda, Ver. Brasinha, fazer o que alguns poucos Vereadores desta Casa fazem, que é trazer as pessoas e colocá-las ali. Eu já recebi pessoas daquela comunidade duas vezes aqui no meu gabinete. Eu não tenho tempo de trazê-las aqui, porque a dinâmica aqui é muito rápida, mas eu tenho um dossiê sobre a escola. As freiras – eu não vi a Ver. Sofia falar sobre as freiras – não querem mais a escola.

(Aparte antirregimental da Ver. Sofia Cavedon.)

**O SR. MARIO FRAGA:** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia. As irmãs não querem mais a escola. Sabem quem é que está mantendo a escola até hoje, Ver. Brasinha? A Prefeitura Municipal de Porto Alegre. É verdade, Ver.<sup>a</sup> Sofia? A Vereadora falou isso, mas agora os

---

Vereadores escutaram, então. Quem mantém a escola é a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre.

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

**O SR. MARIO FRAGA:** Não, não terminou, Vereadora. Eu já estive tratando desse assunto com a Secretária, que diz que mantém a escola. Talvez as outras pessoas que estão aqui não me conheçam, mas V. Exa. me conhece bem quando eu falo que, enquanto não tivermos uma nova escola para a comunidade, a Escola Monsenhor não vai fechar. Essa é a garantia do Governo. Por isso pedi ao Líder Reginaldo Pujol que me concedesse este espaço. Senão, a Ver. Sofia vem aqui, diz que o Governo não está fazendo nada, que ninguém está sabendo do assunto. Na Secretaria, todo mundo conhece esse assunto. Mas eu respeito V. Exa. por sempre tratar do problema da Educação. Agora, consegui me fazer ouvir. A Secretaria Municipal de Educação, o Governo Fortunati e o Governo Fogaça são os que mantêm essas escolas, porque senão as freiras não estariam mais lá. E a Secretária Cleci Jurach já garantiu todas as matrículas para o ano que vem. É lógico que nós não podemos, em uma escola que está terminando, aumentar os alunos, não é, professora Sofia? É lógico que, em uma escola que está terminando, não vamos aumentar.

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

**O SR. MARIO FRAGA:** Mas nós não vamos terminar enquanto não tiver uma nova escola. Só que V. Exa., Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, passou a responsabilidade para a Prefeitura de uma escola particular, e o que eu venho dizer para todos escutarem é que a escola é particular. É gratuita, graças às bolsas de quem, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon? Da Secretaria Municipal de Educação. Então, todos estão sabendo. Enquanto não construirmos, nós, Governo, o Governo do Fortunati, não construir uma nova escola lá, essa escola não será fechada. Palavra de Governo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Apregoo o Requerimento, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 10 a 13 de junho. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e todos os que nos assistem. Eu quero falar um pouquinho de ontem, fugindo um pouco do debate mais profundo, mas é uma coisa muito importante: é a inclusão da criança através da educação e do esporte. São pequenos detalhes que, às vezes, passam despercebidos por nós, mas que fazem a inclusão. Ontem, na Arena do Grêmio, houve um jogo maravilhoso entre Brasil e França. Chegada à Arena maravilhosa, a segurança, a EPTC, os carros, os “azuizinhos”... Trabalho lindo, lindo, a dispersão depois, e, em 10 minutos, eu estava em casa, que maravilha! Eu fiquei vendo o momento da entrada da seleção francesa e da seleção brasileira. Eu sou um cara que busco muito a inclusão social da criança, principalmente lá na periferia. Eu vou pedir aqui aos organizadores da CBF e da Copa do Mundo aqui em Porto Alegre, que vai ser no Beira-Rio, para olharem com mais carinho isso que eu vou pedir aqui, agora. A gente vai nas escolas, nas periferias, nas vilas, lá na Ilha, Zona Sul, Zona Norte, e, dentro dessas escolas, poderia-se escolher o aluno mais disciplinado para entrar em campo junto com a Seleção Brasileira e junto com a outra seleção que vai fazer o jogo com o Brasil ou as seleções que aqui vão estar no Beira-Rio, que a gente não sabe ainda – a Itália, a Alemanha a Espanha, quem quer que seja. Vamos dar oportunidade a essas crianças de elas também viverem a Copa do Mundo! Eu não sou contra a entrada de crianças filhos de Diretores. Não sou contra, criança é criança; mas vamos dar uma oportunidade a essas crianças lá da periferia, Ver. Bernardino, porque é muito importante! A gente prega tanto, a gente busca tanto contra a violência, contra isso e aquilo! Essa criança, amanhã, dentro da sua comunidade, ela vai falar para as outras crianças do sonho vivido, que é esse sonho que a gente vive, a Copa do Mundo, tanto nós adultos quanto as crianças. Gente, é simples! Podem entrar mais de vinte crianças com uma seleção! São quarenta, cinquenta crianças entrando com a Seleção, e essas cinquenta crianças podem ser

---



---

escolhidas nos colégios: lá na Ponta Grossa, Belém Novo, Rubem Berta... Podem escolher essas crianças dentro do colégio, a criança com uma média boa, com disciplina, Ver. Comassetto, deixá-las entrar no campo. Vamos dar essa oportunidade, essas crianças não têm essas oportunidades, gente! A gente bate tanto... A Copa do Mundo é espetacular, é uma interação, é uma troca de identidade que a gente tem, não há igual; é o maior Cirque du Soleil, a Copa do Mundo é a maior troca de identidade. Vamos dar oportunidade a essas crianças, gente, que as famílias, que essas crianças nas periferias, nas vilas, nas suas comunidades, possam também se integrar à Copa do Mundo. Esse é o pedido que faço para quem estará organizando a Copa do Mundo aqui em Porto Alegre, diretamente no Beira-Rio. Não importa as seleções, vamos colocar crianças negras, bugres, índios, para que elas possam também viver a Copa do Mundo. É o pedido que faço. São esses pequenos detalhes que levam à inclusão social, por meio da educação e do esporte. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Passamos à

## **PAUTA**

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, volto a esta tribuna para falar de um Projeto de autoria do Ver. Delegado Cleiton, o PLL nº 064/13, que inclui, junto ao pré-natal das mães de Porto Alegre, que fazem esse acompanhamento, a questão odontológica. Nós sabemos da importância que é para uma mãe, nesse período de gestação, estar saudável. Está aqui o Ver. Mario Manfro, nosso dentista, que confirma que cuidar da boca é também cuidar uma parte importante do corpo. E essas mães têm que estar saudáveis, porque elas estão trazendo, em seus ventres, o futuro desta Cidade, o futuro deste País. Então, é importantíssimo que seja disponibilizado a essas mães esse exame odontológico, incluindo-o no pré-natal.

---

Nós também achamos justa a homenagem que é feita a Abdias do Nascimento, quando se propõe que o viaduto do entroncamento da Av. Padre Cacique com a Av. Pinheiro Borda receba o nome desse grande líder do povo negro, grande representante do trabalhismo brasileiro, uma pessoa que prestou enormes serviços a esta Nação, aos trabalhadores e a suas famílias, e também a todo o povo brasileiro.

Também queria aproveitar este momento para agradecer ao Presidente desta Casa, Ver. Dr. Thiago, à Ver.<sup>a</sup> Séfora Mota, ao Ver. Cassio Trogildo, ao Ver. Reginaldo Pujol, ao Ver. Delegado Cleiton, à Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, ao Ver. Mario Fraga, ao Ver. Brasinha e aos colegas desta Casa, que estiveram presentes, na sexta-feira, no 7º Congresso da Força Sindical, realizada aqui em Porto Alegre, ocasião em que fui reeleito Presidente dessa entidade e tirou-se o nome dos delegados para o Congresso Nacional da Força. Lá também se discutiram questões importantes para o povo de Porto Alegre, oportunidade em que foram sugeridas moções de apoios. Uma delas, que foi sugerida por todos os delegados presentes, foi sobre a abertura dos postos de saúde durante 24 horas nas grandes cidades, como Porto Alegre, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Maria, Pelotas, porque é imprescindível que a população tenha acesso à Saúde. E a outra moção foi sobre a necessidade de se discutir as isenções no transporte municipal, já que o Governo Federal e o Governo Municipal vêm concedendo várias vantagens tributárias às empresas, e essas empresas continuam dizendo que as isenções é que são as vilãs disso. Nós queremos discutir as isenções, achamos que é necessário vincular renda a essas isenções, achamos que é necessário ver quem realmente precisa das isenções, não somente em Porto Alegre, mas em todas as cidades, principalmente os impostos que são embutidos na gasolina, no diesel, que seriam usados para custear esse transporte, para que sejam definitivamente repassados às prefeituras. Foi isso que nós discutimos, é isto que está na Pauta: dois Projetos do Delegado Cleiton que nós viemos aqui apoiar. Com força e fé, vamos seguindo, melhorando a vida do povo de Porto Alegre e do povo brasileiro. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Eu solicito que o Ver. Waldir Canal assuma a presidência dos trabalhos para que eu possa me manifestar em Pauta.

---

(O Ver. Waldir Canal assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. DR. THIAGO:** Caros colegas, Vereadores e Vereadoras, eu me dirijo a todo o público que nos vê pela TV Câmara e pelo canal aberto. Quero comentar brevemente algumas situações. Eu vou utilizar-me da tribuna para comentar a situação que foi levantada aqui pela Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, pois é importante que a gente faça esse registro, que é de que a Secretária Cleci acolheu as demandas do Mutirão da Cidadania. Diferentemente de diversos outros Secretários, ela tem vindo até a Câmara e escutado, de forma muito aberta, as demandas do Mutirão – e já estava marcada inclusive uma reunião com este Vereador para tratar desse assunto. Certamente, quero solicitar ao Enilson Gambarro Toco e ao Ataídes que possam efetivamente fazer essa intermediação, já que foram eles que me trouxeram essa demanda. Na Vila Alto Embratel, como o Ver. Mario já referiu aqui, uma escola de Ensino Fundamental para 1.200 crianças, tem um orçamento que, por uma questão arquitetônica, e por ser uma região de morro, teve que ser adequada. Então, quero que eles contatem as pessoas que estiveram aqui no Mutirão e deem a resposta da reunião com a comunidade.

Ver. Delegado Cleiton, eu venho aqui comentar o PLL nº 064/13, de sua autoria, que institui o Programa Pré-Natal Odontológico no Município de Porto Alegre. Certamente é um Projeto meritório; nós temos, no pré-natal, uma fragilidade maior da dentição dessas mulheres. E, sem dúvida nenhuma, essas pacientes já têm dificuldade de acompanhamento e de tratamento odontológico fora da gravidez, muito maior ainda no período gestacional. Então, o Ver. Mario Manfro, dentista, certamente poderá nos esclarecer e nos trazer dados bastante exatos. O que sabemos, como gineco-obstetra, é que a fragilidade dental é muito maior no período da gravidez, então, precisamos ter uma atenção bem maior em relação à questão odontológica, assim como em todo o pré-natal, Ver. Mario Manfro. E é importante dizer que, no pré-natal, se tenha acesso direto, principalmente nas situações de alto risco. Então, que possamos agilizar os encaminhamentos das pacientes nessa situação. Porque, muitas vezes, elas acabam tendo grande dificuldade de acessar o sistema terciário, o hospital terciário, para findar

---

pág. 18

---

seu pré-natal e ter um parto com um pouco mais de tranquilidade. Então, quando nós temos uma situação de alto risco diagnosticada nas emergências de nossas maternidades, é fundamental que esse centro obstétrico possa encaminhar a paciente ao próprio hospital. Não é preciso que a paciente volte à Unidade de Saúde e seja reencaminhada ao hospital. Isso é um erro, é uma situação muito complicada, mas que, infelizmente, está acontecendo, e nós temos que corrigi-la. A paciente que é diagnosticada, por exemplo, com *diabetes mellitus* gestacional, quando ela é diagnosticada numa urgência, na emergência do centro obstétrico, é fundamental que os profissionais que lá se encontram possam encaminhar essa paciente para o seu pré-natal de alto risco. Porque senão nós vamos estar, sem dúvida nenhuma, aumentando os riscos de acompanhamento dessas pacientes. Então, parabéns, Delegado Cleiton, e V. Exa. pode ter certeza de que somos solidários a essa sua proposta.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores, quero comentar aqui o Projeto do Executivo Municipal, que volta a esta Casa, que altera o § 2º do art. 1º da Lei nº 11.395, de 27 de dezembro de 2012. Esse Projeto retorna a esta Casa seis meses após a sua aprovação. Quando nós viemos aqui na tribuna, no final de 2012, nós dizíamos que este Projeto, naquela época, já estava atrasado. A que se refere este Projeto? É a autorização do Executivo Municipal para contratar com o Governo Federal, nada mais, nada menos, do que R\$ 462 milhões para o tema da Mobilidade Urbana, visando à Copa do Mundo. Uma das maiores dificuldades que os Municípios têm é ter acesso a recursos para desenvolver seus projetos, o que não é o caso, neste momento, do Governo Federal. Agora, os municípios precisam ter agilidade e eficácia, e, no caso específico desse Projeto, nós estamos alterando novamente o § 2º do art. 1º, para fazer essa autorização. Votarei novamente a favor, é obvio! São R\$ 461.923.415,52 para serem aplicados no território de Porto Alegre.

Ver. Alberto Kopittke, isso é muito dinheiro! Agora, agilidade administrativa e agilidade legal da Cidade também têm que ser eficaz. Então, esse Projeto de R\$ 462 milhões para

---

a mobilidade urbana é necessário e está dentro de um pacote de R\$ 5,2 bilhões já definidos há cinco anos para Porto Alegre. É muito recurso!

Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, junto com os Partidos aliados que compõem o Governo Dilma, queremos, sim, esses recursos, e estamos ajudando a trazê-los para Porto Alegre, mas nós queremos que os projetos sejam bem feitos, sejam transparentes, sejam realmente aplicados nas obras necessárias; queremos que esses projetos sejam acompanhados e controlados pela sociedade civil, que eles deixem um legado de inclusão da cidadania em Porto Alegre, e que eles venham qualificar a Cidade; essa é a tônica.

Eu venho aqui dizer que votaremos novamente favorável, mas é o mesmo Projeto que aprovamos há seis meses. Seis meses nos trâmites burocráticos e administrativos é perda de tempo, de dinheiro, de qualidade da Cidade. Depois, tudo tem que correr na última hora, e a gente não pode discutir aqui, com qualidade; os projetos são aprovados na corrida, os contratos são feitos sem grandes inspeções. Então, votaremos favoravelmente ao PLE nº 017/13. São quase R\$ 462 milhões do Governo Federal também para investir na mobilidade urbana de Porto Alegre. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Ver. Canal, Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; senhoras e senhores; venho a esta tribuna para tecer comentários a respeito da Pauta e de alguns Projetos que considero relevantes e importantes para a Cidade, porque têm uma relação direta com situações que considero verdadeiras qualificações de espaços urbanos da Cidade. Falo isso a respeito do Projeto de Lei do Ver. Delegado Cleiton, da minha Bancada, do PDT. Aliás, trouxe aqui um adesivo, hoje, em homenagem aos 33 anos do nosso Partido. Até fui questionado, porque o nosso número é o 12, mas o 33 é em homenagem à nossa caminhada, que completa o 33º aniversário, neste ano.

---

O Delegado Cleiton, então, denomina Viaduto Abdias do Nascimento o equipamento público localizado na Av. Pinheiro Borda.

Hoje, o Jornal do Comércio, inclusive, traz aqui na capa, o nosso colega Vereador-Secretário Mauro Zacher, em destaque; casualmente as obras dos viadutos e passagens de nível estão ilustrando a capa; aqui está o viaduto da Júlio de Castilhos, próximo à rodoviária, que vai acabar solucionando o “x” da rodoviária, e, depois, então, as demais intervenções, com destaque aos viadutos. (Mostra jornal.)

Para quem não sabe, o nosso companheiro Abdias do Nascimento foi o primeiro Senador negro da República, do PDT.

Quero, então, cumprimentar o nosso companheiro – o Janta também já o fez, quando me antecedeu; o próprio Ver. Thiago e os outros, que falaram também em Pauta – por essa iniciativa de estarmos gravando, próximo ao Beira-Rio, com uma bela vista para o Guaíba, uma justa homenagem ao Senador Abdias do Nascimento. A localização é estratégica. Aliás, estamos devolvendo a balneabilidade das águas do Guaíba para a Cidade, conseguindo tratar quase 80% do nosso esgoto.

Quero dizer do nosso pleno empenho no sentido de aprovarmos essa iniciativa do Ver. Delegado Cleiton, que é nosso companheiro, um Vereador também negro, que presta esta justa homenagem ao Abdias do Nascimento, e, de certa forma, também ao PDT, emprestando à nossa Cidade o nome do Abdias para aquele viaduto, que, também, sem dúvida nenhuma, será um cartão-postal da nossa Cidade.

Quero aqui falar sobre outro Projeto, também de autoria do Ver. Delegado Cleiton, e também entendo que foi oportuna a iniciativa, a respeito do Programa Pré-Natal Odontológico. Fui autor também aqui nesta Casa do Programa Criança Sorridente, pois acredito muito na prevenção no que diz respeito aos cuidados dentários. Penso que devemos fazer tudo o que pudermos, aqui, de uma forma ou de outra, para colaborarmos com a nossa sociedade, trazendo elementos fundamentados em políticas públicas, inclusive aprovadas em lei, para priorizar a questão da Odontologia na nossa Capital. Merece o nosso reconhecimento.

**O Sr. Mario Manfro:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado, Ver. Márcio. É muito oportuna a fala de V. Exa. como também é oportuno o Projeto apresentado pelo Ver. Delegado Cleiton. Como V. Exa. acabou de dizer, muito

---

tem que ser feito pela Odontologia em Porto Alegre. Historicamente, a Odontologia, como eu tenho repetido, ficou relegada a um plano secundário, sabe-se lá por que motivo. E nós temos que recuperar esse tempo perdido. Agradeço, em nome da Odontologia, pela proposição do Projeto e pela manifestação de V. Exa. Obrigado.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Obrigado, Ver. Mario Manfro. Em nosso País, onde temos altos índices de consumo de açúcar, sabemos o quanto é importante que possamos dar uma orientação e que o Estado também tenha um cuidado com essa questão no que diz respeito às futuras mães. E também para amamentarem, para bem se alimentarem, precisam estar com uma boa orientação odontológica, e isso pode vir com a legislação.

**A Sra. Jussara Cony:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio Bins Ely, naturalmente que todas as discussões que V. Exa. está fazendo são de extrema importância. O Ver. Manfro mesmo entrou nessa área da Odontologia. E lembrando Hipócrates, o significado da denteição, da boca... “Que seu remédio seja seu alimento, e que seu alimento seja seu remédio”.

Quero cumprimentar a Bancada do PDT e, de forma particular, o Ver. Delegado Cleiton, por destacar o Abdias do Nascimento para a formação política, econômica, social e cultural do nosso País. Não quero tirar o seu tempo, no momento da discussão o faremos, pois esta Câmara só tem a ganhar rendendo essa homenagem a esse grande homem, a esse negro que trouxe uma contribuição fundamental para a Nação brasileira.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony. Quero agradecer aos Vereadores que me apartearam, à Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, com relação ao Projeto do Ver. Delegado Cleiton que presta esta homenagem, no viaduto da Av. Pinheiro Borda, colocando o nome do Senador Abdias Nascimento; ao Ver. Mario Manfro que também nos aparteu com relação à questão do programa pré-natal odontológico e, por fim, cumprimentar nosso Vereador ciclista, Ver. Marcelo Sgarbossa, que possa estabelecer o papel reciclado para expedientes de uso diário confeccionados pela administração direta do Município. Acho que isso demonstra a preocupação ambiental também da Câmara, e deixo o registro do nosso apoio a essa iniciativa do Ver. Marcelo Sgarbossa. Muito obrigado.



(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** A Ver. Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, inscrevi-me e fiz questão de falar porque inicia a tramitação do Projeto que institui a Área Especial de Interesse Cultural, no Morro Santa Tereza, de Interesse Ambiental, identificando a Área de Proteção de Ambiente Natural, a Área de Interesse Cultural e Área Especial de Interesse Social e dá outras providências. Este Projeto teve o cuidado de não ser uma simples AEIS, organizando o direito de morar ou estabelecendo AEIS para fins de urbanização, para garantir que aquela área seja destinada às famílias que ali residem há muitos anos; mas o Projeto já identifica a Área de Proteção Ambiental para não dar ensejo de que ao se consagrar as AEIS, aquele Morro onde tem nascente, onde tem resto de mata atlântica, vegetação rasteira típica do bioma pampa. Então, essa área está preservada, identificada e também as áreas já identificadas no nosso Plano Diretor, nesse lugar, que tratam das áreas de preservação cultural, pois ali tem prédios históricos preservados, identificados como tal, onde a FASE tem suas instalações. É um Projeto que procurou abarcar essas três dimensões naquela grande área, indicando diretrizes para a constituição de um parque na Área de Preservação Natural ou de Interesse Natural, indicando diretrizes para regularização fundiária das Áreas de Interesse Social e indicando diretrizes para preservação cultural.

Este Projeto é resultado de uma construção coletiva; vários Vereadores assinaram, inclusive no dia em que os moradores estiveram aqui. E o movimento O Morro é Nosso não é só uma autoria de moradores, de lideranças comunitárias, mas é uma autoria de cidadãos e cidadãs que se mobilizaram pela preservação do Morro, seja do Instituto dos Arquitetos, seja do Sindicato dos Engenheiros, seja de outros sindicatos, de ambientalistas, do Fórum de Defesa da Orla, que construíram junto este debate. Tanto é que este debate está consagrado nessas três dimensões, porque tem a autoria, a participação, o trabalho dos que querem preservar o Parque, dos que querem preservar o interesse cultural e dos que querem morar ali, preservando isso tudo.

Trata-se de uma área pública estadual. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul já licitou, já está sendo feito o levantamento topográfico e socioeconômico, e está trabalhando no sentido da regularização fundiária daquelas áreas. Portanto, essa parte que a Câmara Municipal fará vai contribuir por um processo que está em andamento, por um processo que as comunidades, na sequência, pedem que se consolide através da concessão coletiva das áreas vinculadas ou determinadas à moradia. Por isso que este Projeto também tem uma importância estratégica, porque ao fazer o desenho das Áreas de Interesse Cultural, indicando quais as áreas que poderão ser destinadas à moradia, à concessão coletiva, encerrando a celeuma da angústia dos moradores, que é o que os mobiliza em muitos fóruns, o que os mantêm em permanente luta, porque estão sempre com aquela ameaça de que serão retirados.

Então, a AEIS estabelecida junto com as Áreas de Interesse Cultural, vai então permitir ou dar ensejo, indicar a concessão coletiva reservando as áreas de parque e as áreas de preservação cultural. Por isso, tratamos na Pauta hoje, e vamos voltar a analisar coletivamente. Quero sensibilizar...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** Está encerrado o período de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h44min.)